

ENSINO DE INGLÊS NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA

Agnaldo Pedro Santos Filho¹
Marieli de Jesus Pereira²

Resumo: A educação formal no Brasil foi estabelecida de modo a favorecer determinados grupos sociais em detrimento de outros, fomentando a desigualdade social a partir do racismo desde o período do Brasil Colônia. Assim, mesmo após a promulgação da primeira Constituição Brasileira, pessoas pretas, pardas e indígenas passam por diferentes processos de exclusão e invisibilização das suas crenças, costumes e línguas, inclusive no ambiente escolar que reproduz padrões socialmente construídos pelas culturas dominantes. Ao se pensar o ensino de língua inglesa no Brasil, as marcas do colonialismo e da colonialidade estão presentes nas aulas e nos materiais didáticos que reforçam estereótipos e preconceitos através da supervalorização da cultura, de padrões estéticos e variantes linguísticas euro-anglocêntricas. O presente artigo propõe discutir o ensino de língua inglesa sob uma perspectiva antirracista e decolonial. Neste sentido, apresentamos alguns fatos históricos sobre o racismo na educação brasileira, bem como evidências do racismo na educação contemporânea e, por fim, discutimos possibilidades para a desconstrução de estruturas racistas no ensino de língua inglesa. Para embasar nossa pesquisa, contamos com a contribuição de autores como Césaire (2020), Ferreira (2017), hooks (2018), Nascimento (2019), *et alia*.

Palavras-chave: Ensino de língua Inglesa. Decolonialidade. Antirracismo.

Abstract: Formal education in Brazil was founded on the benefits of specific social groups over others, fostering social inequality based on racism since colonization period. Even after the proclamation of the first Brazilian Constitution, black and native people suffer from different forms of exclusion and invisibilization of their beliefs, traditions, and languages, including the school environment that reproduces social patterns build-up by the dominant cultures. For English language teaching in Brazil, the hallmark of colonialism and coloniality are present in the classrooms and teaching materials. They reinforce stereotypes and prejudices through the overvaluation of Euro-Anglocentric culture, aesthetic values, and linguistic variations. This paper aims to discuss English language teaching from an anti-racist and decolonial perspectives. This way, we present

¹ Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela UNEB, Especialista em Língua Inglesa pela FTC, Graduado em Letras (Língua Inglesa e Literaturas) pela UNEB.

² Doutora em Literatura e Cultura pela UFBA, Mestra em Letras pela UFBA, Especialista em Estudos Linguísticos e Literários pela UFBA, Graduada em Língua Estrangeira Moderna (Inglês) pela UFBA.

some historical facts about racism in Brazilian education as well as evidence of racism in contemporary education. Finally, we discuss possibilities to break up racist structures in English language teaching. This research takes into account the theoretical contributions made by Césaire (2020), Ferreira (2017), hooks (2018), Nascimento (2019), et. al.

Keywords: English language teaching. Decoloniality. Anti-racism.

Introdução

Imbuídos do tema desta revista, pensamos que revisitar Canudos é conhecer parte da história de luta contra a desigualdade social brasileira, e reinventar o Brasil é performar Sankofa. Esse símbolo filosófico Adinkra dos povos Asante, de Gana, significa “retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”. Dessa forma, poderemos refletir, analisar e produzir um contexto porvir com maior equidade para toda a população brasileira a partir da Educação.

No início dos anos 2000, o grupo de estudos Modernidade e Decolonialidade, composto por Enrique Dussel, Catherine Walsh, Aníbal Quijano, Edgard Lander, Nelson Maldonado-Torres e Walter Dignolo, trouxe a proposta de decolonizar o pensamento moderno, numa dinâmica que, ao nosso ver, se assemelha bastante a Sankofa.

Segundo Bernarreferdino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019), a decolonialidade abrange uma longa tradição de combates e resistência das populações africanas, afrodiáspóricas e indígenas, utilizando o estudo de fatos históricos como forma de elucidar e sistematizar a colonialidade do saber, do ser e do poder para a elaboração de estratégias que possam transformar a realidade presente e futura.

Operacionalizar o processo de decolonização é fundamental em todas as áreas do conhecimento, por isso a Educação deve ser o ponto de partida. No nosso caso, especificamente, abordamos a decolonialidade no ensino de língua inglesa no Brasil sob a perspectiva antirracista.

Antes da invasão da “Terra das palmeiras”³ pelos portugueses, as centenas de povos indígenas viviam sem hierarquização de raças, assim como os povos africanos sequestrados e trazidos para o Brasil contra sua vontade. Havia conflitos entre as etnias, contudo a classificação das pessoas em mais ou menos humanos por conta da estética e da cultura foi instituída pelos europeus. Esse pensamento colonizador e racista se perpetua até hoje, sendo o princípio organizador que estabelece tanto o grau de profundidade, como quem exerce o poder e tem acesso a bens culturais e de consumo.

Assim, propomos aqui a revisita ao passado para viabilizar a construção de um futuro mais equânime no processo de ensino e aprendizagem do inglês. Inicialmente, apresentamos alguns fatos históricos que indiciam o racismo brasileiro na Educação. Em seguida, mostramos evidências na contemporaneidade que indicam a atualização do racismo no ensino de inglês. E finalmente, apontamos possíveis meios de abalar a estrutura racista no ensino de língua inglesa.

Revisitando o passado: aspectos históricos do ensino de inglês no Brasil

No período anterior a colonização das terras americanas, a educação indígena se dava de forma constante e ao longo da vida de acordo com as demandas diárias de cada comunidade, sem uma sistematização rígida, mas com utilidade bem definida. A partir da invasão do continente americano, os europeus impuseram suas línguas e a doutrina cristã.

No Brasil colonial, segundo os professores e pesquisadores Dra. Wlamyra Albuquerque e Dr. Walter Fraga Filho, o ensino na colônia portuguesa limitava-se ao ensino básico mínimo. Inicialmente, as aulas de leitura e a catequese eram restritas às crianças das classes controladoras e a alguns indígenas aldeados. Quando os africanos escravizados foram trazidos para o Brasil, eram submetidos a um processo de treinamento e tentativa de apagamento da cultura e da estética de matriz africana. Albuquerque e Fraga Filho (2006) afirmam que senhores de engenho e feitores:

³ Terra das palmeiras é o significado do termo Tupi-guarani “pindorama”, palavra que nomeava o território que chamamos hoje de Brasil.

[...] ensinavam os rudimentos da língua portuguesa, principalmente os que fossem necessários para compreender as ordens do senhor e do feitor. Senhores e feitores ensinavam também tarefas, impunham disciplina e formas de deferência. Na cartilha senhorial, antes de tudo, era preciso definir e deixar claro quem mandava e quem obedecia. O senhor desejava também que o cativo compreendesse os rudimentos da religião católica, sobretudo aprendesse a rezar. A sociedade escravista contou com o apoio da Igreja Católica para inculcar nos cativos paciência e humildade como virtudes desejáveis (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 95).

A catequização dos povos indígenas e posteriormente dos africanos escravizados era um dos instrumentos para a inserção e a proteção dos princípios colonizadores de Portugal, que agia de forma contraditória já que para justificar as ações cruéis e cheias de barbárie do processo de colonização, os portugueses desumanizaram as pessoas que diferiam fenotípica e culturalmente do contexto branco e ocidental em que os europeus se autodenominam como modelo padrão indefectível. O político, poeta e escritor Aimé Césaire declara que a colonização:

[...] desumaniza até o homem mais civilizado; que a ação colonial, o empreendimento colonial, a conquista colonial fundada no desprezo pelo homem nativo e justificada por esse desprezo, inevitavelmente, tende a modificar a pessoa que o empreende; que o colonizado, ao acostumar-se a ver o outro como animal, ao treinar-se para tratá-lo como um animal, tende objetivamente, para tirar o peso da consciência, a se transformar, ele próprio, em animal (CÉSAIRE, 2020, p. 23).

Essa breve caracterização da atuação da colonização, que começa com as expedições marítimas europeias no século XV, e que ainda não teve fim, mostra quem realmente é desumano. Mesmo depois do fim das colônias, o pensamento colonial e suas práticas persistiram e são constantemente atualizados como reação às conquistas das lutas antiescravagistas e antirracistas. É importante salientar que a escravização dos indígenas foi substituída pelos africanos em meados do século XVII, e por isso os processos de exclusão socioeconômica e jurídica foram perpetrados mais ostensivamente contra os africanos e afrodescendentes.

Na Educação, a manutenção do colonialismo e da colonialidade ocorre de forma dissimulada e eficiente, principalmente no ensino de línguas estrangeiras. Em 1809, por causa das atividades comerciais desenvolvidas entre Portugal, Inglaterra e França, D. João VI estabeleceu que o ensino de inglês e francês fosse obrigatório, mas isso só era permitido para os jovens familiares do grupo controlador. O pesquisador e professor Gabriel Nascimento (2019) sintetiza precisamente a política de ensino de línguas no Brasil quando afirma que ela foi construída pelos brancos e para os brancos.

Podemos constatar isso mesmo com uma breve análise de algumas passagens da história da educação no Brasil, como em 1824, quando após a independência do Brasil, na primeira Constituição Brasileira, o artigo 179 garantia “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”, contudo a cidadania não era concedida a pessoas negras ou indígenas, portanto, embora houvesse a garantia e a gratuidade da educação, a desumanização das pessoas não-brancas as impossibilitou de se beneficiarem plenamente desse direito. Segundo Pandolfi (2020), o cidadão do período colonial era um homem que deveria ter a ascendência europeia e desfrutava de direitos específicos e exclusivos, como isenções fiscais e educação que iria além da básica.

No Brasil Império, a Lei n.1 de 1837, legalizou a proibição da presença de pessoas negras na escola pública: “São proibidos de frequentar as escolas públicas [...] os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos” Após a abolição do regime escravocrata em 1888 e a proclamação da república em 1889, a barreira para dificultar ou impossibilitar o acesso de pessoas negras à educação era feito através de práticas e leis.

Um exemplo disso é a falta de investimento das províncias na Educação, o que restringia as vagas nas escolas para aqueles que eram recomendados, excluindo praticamente toda a população negra e a indígena. Nos referimos aos indígenas que sobreviveram, pois durante o século XIX foram quase que completamente dizimados. Muitas etnias, como os Aimorés, por exemplo, foram extintas durante a chamada “Guerra Justa”, nome dado pelo império colonial português ao genocídio dos povos originários que não aceitaram a coroa e as leis europeias.

De acordo com Nascimento (2019), no século XX, a reprodução sistemática e deliberada dessas ações racistas e excludentes continuou. Nesse período, o ensino de língua inglesa no Brasil perdurou como uma forma de manter o privilégio da branquitude. Ele menciona, como exemplo, o contraditório projeto nacionalista de Getúlio Vargas, que propôs o aprendizado do inglês como meio para o fortalecimento do país, mas desconsiderou a população afro-brasileira e indígena como parte deste movimento, e isso fica evidente na seleção dos primeiros livros didáticos aprovados pelo governo, nos quais havia acintosa demonstração do racismo em textos e imagens.

Durante a década de 1960, a possibilidade de democratização do ensino de línguas estrangeiras tornou-se ainda mais remota quando o componente curricular inglês foi retirado dos currículos das escolas regulares, e as instituições privadas assumiram o gerenciamento das questões relacionadas ao ensino de inglês, o que exclui grande parte da população que tem um baixo poder aquisitivo por herdar as injustiças sociais criadas a partir do racismo, e que não foram reparadas adequadamente desde o início do processo de colonização. Embora existam políticas públicas de reparação, muito recentes, sabemos que ainda são ações incipientes e ínfimas diante da dimensão dos danos causados à população negra e indígena em todas as áreas, seja material ou psicológica.

O racismo fomentou e ainda mantém a pobreza no Brasil por meio de instrumentos jurídicos, políticos, econômicos, midiáticos e principalmente através do sistema educacional. Dessa forma, percebemos que o ciclo de exclusão começa com a desumanização de grupos de pessoas não-brancas, a pauperização e o impedimento de mobilidade socioeconômica dessas pessoas, e a naturalização da privação de direitos e de todos tipos de violência, estas práticas se modernizaram continuam presentes na atualidade com o objetivo de manter restrito ao grupo controlador o acesso à educação formal de qualidade.

É fundamental conhecer em qual contexto sócio-histórico o ensino de língua inglesa está posicionado e qual sua função social e geopolítica para entender o porquê da necessidade de se adotar uma postura antirracista em sala de aula. A dinâmica de associação da educação com prestígio social e poder econômico acontece desde o período do Império Romano, quando o latim era a língua

dominante, e depois no século XVI, após mudanças políticas e econômicas, o francês, o italiano e o inglês (variante britânica) tornaram-se as línguas predominantes. No século XVIII, quando as línguas modernas começaram a entrar no currículo dos países europeus, o inglês se tornou a língua mundial, tendo o racismo, o preconceito contra quaisquer etnias e raças socioculturalmente diferentes da branca europeia, como sustentáculo dessa estrutura desumana.

É importante destacar que, ao longo da história do Brasil, houve inúmeras revoltas, coletivas e individuais, movimentos abolicionistas e posteriormente movimentos populares organizados que lutaram incessantemente para que os direitos de brasileiros afrodescendentes e indígenas fossem conquistados e respeitados, como por exemplo a Confederação dos Tamoios ocorrida entre 1554 e 1567, o Levante dos Guaranis em 1660, a Guerra Guaranítica, e a Confederação dos Cariris no início do século XVIII, a Conjuração Baiana em 1798, que reivindicava, principalmente, a libertação dos escravos e a instauração de um governo igualitário, onde as pessoas fossem vistas de acordo com a capacidade e merecimento individuais; a Revolta dos Malês em 1835, que exigia o fim da escravidão e a liberdade de culto religioso; dentre tantos outros movimentos que evidenciam o inconformismo, a resiliência e a força dos povos que foram submetidos a escravidão no Brasil.

Desde o século XIX até os dias atuais, os movimentos negro e indígena vêm conquistando cada vez mais direitos sociais e políticos, mas que ainda não produziram a reparação necessária para que as ações afirmativas deixassem de ser prescritas, mesmo porque as formas de dominação se atualizam para a perpetuação do status quo.

Na década de 1940, após a Segunda Guerra Mundial, o imperialismo estadunidense conquista o Brasil através da cultura de massa: música, cinema, programas de TV e mídia impressa, popularizando as variantes do inglês dos Estados Unidos, bem como tornando o modo de vida estadunidense uma aspiração.

No ensino de inglês, o impacto disso é imensurável, pois por um lado fomenta a supervalorização das variantes do inglês estadunidense, a romantização da história dos Estados Unidos e a crença no excepcionalismo es-

tadunidense, e por outro lado, excluem outras variantes do inglês, como as faladas na Nigéria, na África do Sul, na Jamaica e na Índia, e também repelem a possibilidade de análise e reflexão sobre questões relacionadas ao comportamento, à cultura e à produção artística de outros países fora do eixo Estados Unidos e Inglaterra, modelos associados às ideias estereotipadas de sucesso e elegância respectivamente.

Nós, profissionais da educação conscientes de nossa posição e importância sociopolítica, precisamos reconhecer que a raça é uma construção sociológica e que o ensino da língua inglesa vem sendo utilizada como um dos instrumentos para manutenção do sistema de exclusão social e racial localmente, e do imperialismo estadunidense globalmente, para que assim possamos lutar de forma mais eficiente em prol de uma sociedade mais justa.

Ressignificando o presente: o racismo no ensino de inglês no Brasil contemporâneo

Qualquer professora ou professor de inglês com graduação realizada em uma das tantas universidades brasileiras, pelo menos até meados dos anos 2000, passa por um processo de formação classista e racista que preconiza a valorização das variantes do inglês faladas no norte global e invisibiliza as culturas, as histórias e as variantes faladas em países africanos, na Austrália, na Nova Zelândia, na Jamaica ou na Índia, todas resultantes da colonização inglesa. É um silogismo simples: a formação acadêmica é racista; professores são habilitados pela academia; logo, todo professor reproduz o racismo em alguma medida, reiterando a afirmação supracitada do Professor Dr. Gabriel Nascimento que diz que a política de ensino de línguas no Brasil foi concebida pelos brancos e para os brancos.

Uma evidência irrefutável da manutenção da estrutura racista através do ensino do inglês é o material didático produzido no Brasil ou no exterior, no qual a presença da representação positiva de povos africanos, afrodescendentes e indígenas é ínfima ou inexistente. Como mostram Lamas, Vicente e Mayrink (2016) em seu estudo sobre a representação indígena nos livros di-

dáticos, bem como a Professora Dra. Ana Célia da Silva (2019) que aborda em seus estudos a discriminação do negro no livro didático, afirmando veementemente que é indispensável e urgente o uso do livro como instrumento para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes, pois notificações no ministério da educação e nas editoras, caso fossem atendidas, não surtiriam efeito imediato.

Considerando que mais da metade da população brasileira é preta, parda e indígena, e que esses grupos foram historicamente impedidos ou tiveram seu acesso à educação deliberadamente dificultado, não é surpreendente o fato de que o Brasil tenha um dos índices mais baixos de pessoas proficientes em língua inglesa. De acordo com o Índice de Proficiência em Língua Inglesa, o Brasil ocupava o 53º lugar em 2020, e em 2021 despencou para a 60ª posição, expondo as consequências de se ter as instituições particulares como principais promotoras da proficiência em língua estrangeira no país, pois dessa forma, apenas uma pequena parte da população tem acesso aos cursos vendidos pela iniciativa privada, e pode aprofundar o estudo da língua inglesa, ratificando essa língua como ferramenta para a manifestação e manutenção da hierarquia e do poder.

O status de língua franca ocupado pela língua inglesa combinado com a pequena parcela da população que tem a possibilidade de se tornar fluente no inglês reflete negativamente no avanço do país, que poderia utilizar o inglês de forma mais ampla e eficiente para que o Brasil tivesse maior participação em estudos científicos, pesquisas de ponta, além de maiores oportunidades de trabalho e negócios.

Além desses efeitos socioeconômicos, essa construção do racismo, ao longo da história, afeta a subjetividade de pessoas não-brancas, geralmente resultando na baixa autoestima, na destruição da autoconfiança e no fortalecimento da crença de que supostamente haveria uma hierarquia de talentos e inteligência determinada por raça e etnia, o que explica em parte o porquê dos estudantes da escola pública, em sua maioria negros, pardos e indígenas, acreditarem que são incapazes de aprender e falar inglês ou que não são merecedores desse conhecimento.

A construção dessa mentalidade limitante de boicote favorece a manutenção do poder do grupo dominante, mas falsifica o fato de que pessoas descendentes dos povos africanos e indígenas são herdeiras do poliglotismo. No continente africano, são faladas mais de 2000 línguas, sendo que só na Nigéria são faladas mais de 500 línguas, além do inglês. Segundo o estudo da Professora Luciana Sorto do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, publicado em 2020, no Brasil, atualmente, há apenas 154 línguas indígenas remanescentes, mas estima-se que havia aproximadamente mil línguas faladas pelos nativos até a invasão portuguesa acontecer.

Assim, a partir da compreensão dos contextos histórico e social que o ensino de inglês se insere, é possível traçar e implementar ações pessoais e coletivas para reparar os danos causados pelo racismo, que estrutura as dimensões jurídicas, políticas e sociais no Brasil.

Construindo o futuro: reinventando o ensino de inglês no Brasil

Recriando Sankofa na reformulação de ações pedagógicas, tendo agora uma noção mais crítica sobre o passado e o presente do ensino de inglês no Brasil, afirmamos que é fundamental uma renovação geral que incluiria a reestruturação do currículo escolar, formação inicial e continuada docente com letramento racial crítico, material didático apropriado, produção de material didático adequado, além de ajustes e mudanças nas metodologias de ensino.

Contudo, é importante estarmos cientes que essa transformação demandaria um grande investimento tanto na esfera pública como na privada, pois sua implementação é de médio a longo prazo. Por isso, em caráter de urgência, no momento, podemos apenas apontar possíveis meios de criar fissuras na estrutura racista no ensino de língua inglesa.

Inicialmente, temos que decolonizar nossas mentes, deixando de apoiar a ideia de superioridade da língua e da cultura do norte global, atrelado a isso temos que ficar alertas a nossas próprias atitudes para agirmos de forma decolonial, anti-imperialista e antirracista, como abordar culturas e variantes

do inglês fora do eixo Estados Unidos e Inglaterra, e tratar aspectos positivos de países africanos e afrodiáspóricos falantes de língua inglesa, trazendo a história, a arte e a cultura desses países.

Outro ponto importante é prestar atenção à questão da autoestima dos alunos, da representatividade e da representação positiva de pessoas negras, isso para que se fortaleça a autoestima dos aprendizes, e se crie a ideia de pertencimento neles, colocando em prática o que a pesquisadora, professora e ativista estadunidense bell hooks (2018) difunde em suas obras: a apropriação insurgente da língua do colonizador, subvertendo a ideia de submissão ao grupo dominante, e usando a língua imposta para se autoafirmar e se expressar.

É fundamental adotar o hábito de fazer críticas ao material que se tem disponível, questionando a ausência de pessoas negras e indígenas, o apagamento de culturas e modos de vida, e a abordagem de apenas aspectos negativos quando se trata de contextos relacionados a pessoas negras ou a subestimação ao falar de povos indígenas.

Um ponto fulcral para a implementação de uma atitude decolonial antirracista no ensino é a leitura, o estudo de textos, e a participação em cursos, oficinas e palestras sobre a educação afrocentrada e de combate ao racismo antinegro e anti-indígena na sala de aula. A literatura sobre o tema é ampla, citamos como exemplo, as obras de: bell hooks, Nilma Lino Gomes, Ana Célia da Silva, Aparecida Ferreira, Joelma Santos, Gabriel Nascimento, Donaldo Macedo, dentre outros além dos já mencionados nesse artigo.

Efetivar práticas docentes com base nas leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que tornam obrigatório o ensino da História e das culturas africanas, afro-brasileira e indígenas no currículo escolar, objetivando a educação para as relações étnico-raciais. Essas leis já existem há quase duas décadas, mas ainda não são trabalhadas com o compromisso e a seriedade devidas, sendo abordadas superficialmente em momentos esporádicos dentro do ano letivo por disciplinas isoladas.

Após as leis 10.639 e 11.645, o cenário com relação à visibilidade do negro e do indígena no material didático voltado para o ensino de inglês no Brasil modificou muito timidamente, e sua representatividade positiva teve um

ínfimo crescimento, principalmente nos livros didáticos. Contudo, embora a promulgação dessas leis tenha ocorrido há quase duas décadas, ainda existem materiais didáticos para o ensino de inglês no Brasil que mantêm o estereótipo de que apenas pessoas nativas com foco nas pessoas brancas do norte global são proficientes na língua, fomentando não apenas o racismo, mas também Native Speakerism, a crença que apenas o nativo estadunidense ou britânico fala inglês corretamente.

A pesquisadora e professora Aparecida de Jesus Ferreira explica que o pré-requisito principal para a educação antirracista é a formação docente para que seja possível fazer a reestruturação curricular e a elaboração de estratégias pedagógicas que possam conscientizar os aprendizes do contexto social no qual estão inseridos, e dessa forma possam refletir, agir e tornar a sociedade menos racista. Segundo Ferreira (2017), as atitudes antirracistas que devem ser empreendidas no ambiente escolar são:

- Refletir sobre o racismo e suas consequências no cotidiano escolar de forma sistemática.
- Incentivar a análise de histórias sobre os diferentes grupos que constituem a história e a cultura brasileiras.
- Combater qualquer preconceito e atitude discriminatória na escola e na sociedade.
- Assegurar que as relações interpessoais e interraciais entre adultos e crianças sejam respeitadas.
- Valorizar a diversidade dentro do ambiente escolar.
- Incentivar a participação de todos os aprendizes.
- Selecionar materiais que contribuam para a extinção do eurocentrismo do currículo escolar e que contemplem a diversidade racial, bem como as questões étnico-raciais.
- Elaborar estratégias para desenvolver o reconhecimento positivo da diversidade racial.
- Propor ações que estimulem a autopercepção de alunos pertencentes a grupos estigmatizados e discriminados.

Portanto, em suma, se faz necessário mudar de paradigmas no que se refere à função do ensino da língua inglesa, reestruturar metodologias de pesquisa e de ensino, reformular técnicas, estratégias, e material didático a partir de uma perspectiva antirracista.

Considerações finais

Adotar uma postura como professora ou professor de inglês antirracista no Brasil é reconhecer o fato de que 56,1% da população brasileira é preta e parda, e 0,5% é indígena (IBGE, 2010), é também questionar por que as desigualdades sociais e econômicas são tão extremas entre os grupos raciais, e se indignar com as respostas a esses questionamentos a ponto de se mobilizar para transformar a situação.

Para horizontalizar as relações e conseqüentemente modificar as normas sociais, é essencial o respeito ao outro e à sua trajetória, entendendo que ensinar e aprender são processos baseados no compartilhamento, na troca, na contestação, no questionamento, e na articulação de conhecimentos sem hierarquizá-los.

Tomados pelo tema fixado pela revista e pelo conceito de Sankofa, nossa proposta aqui partiu de uma breve análise histórica, pois apenas a reflexão sobre o passado pode explicar as condições das relações sociais no presente. Assim, a análise dessas conexões pode transformar atitudes e mentalidades para viabilizar a construção de uma sociedade com mais justiça social.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FRAGA FILHO, Walter. *Uma História do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. Fundação Cultural Palmares, 2006.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. MALDONADO-TORRES, Nelson. GROSFOGUEL, Ramón (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 9 jan. 2003 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: Nov. 2022.

BRASIL. *Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008*. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: nov. 2022.

BRASIL. *Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837*. Lei que estabelece critérios para a instrução primária. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29135/pdf>. Acesso em: nov. 2022.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. *Social Identities of Race in Language Education: with reflective questions*. [e-book]. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2017.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla São Paulo: Martins Fontes, 2018.

IBGE. Censo demográfico (2010). *População residente por cor ou raça*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503&t=destaques>. Acesso em: nov. 2022.

LAMAS, Fernando G. VICENTE, Gabriel B. MAYRINK, Natasha. Os indígenas nos livros didáticos: uma abordagem crítica. In: *Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica*. Recife. V. 2. p. 124-139, 2016.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Discriminação racial e cidadania no Brasil do século XIX (1829-1833). In: *Revista de História*. n .179, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.153946>. Acesso em: nov. 2022.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, Ana Célia da. *A Discriminação do negro no livro didático*. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2019.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.